

Negação e operador argumentativo em “não tenho nada contra *gays*, mas...”: da argumentação na língua às posições-sujeito no discurso

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v55i1.3837>

Wellton da Silva de Fatima¹

Resumo

Este artigo analisa o encadeamento sintático “não-X, mas Y” em enunciados como “não tenho nada contra *gays*, mas...”. Examina-se a materialidade linguística a partir de Anscombre e Ducrot (1976), Ducrot (1987) e Guimarães (2001), para, em seguida, descrever e interpretar a materialidade discursiva conforme Pêcheux (2016), Courtine (2009), Indursky (2013) e outros. Busca-se compreender como se produzem vozes de modo desigual no discurso, sustentando um ritual enunciativo de negação e denegação. Mostra-se que a negação responde ao pré-construído de denúncia contra a homofobia, enquanto o “mas” reinscreve o sentido do enunciado na cis-heteronormatividade. Assim, destaca-se um sujeito dividido, que precisa negar a homofobia para mantê-la discursivamente sob a aparência da tolerância.

Palavras-chave: não-X, mas Y; argumentação; discurso; *gay*; homofobia.

¹ Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Santana do Ipanema, Alagoas, Brasil; wellton.fatima@ifal.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-0526-5396>

Négation et opérateur argumentatif dans « je n'ai rien contre les gays, mais... » : de l'argumentation dans la langue aux positions-sujet dans le discours

Résumé

Cet article analyse l'enchaînement syntaxique « non-X, mais Y » dans des énoncés tels que « je n'ai rien contre les gays, mais... ». Il examine la matérialité linguistique à partir des travaux d'Anscombe et Ducrot (1976), Ducrot (1987) et Guimarães (2001), pour ensuite décrire et interpréter la matérialité discursive selon Pêcheux (2016), Courtine (2009), Indursky (2013) et d'autres. Il s'agit de comprendre comment des voix sont produites de manière inégale dans le discours, soutenant un rituel énonciatif de négation et de dénégation. Il est montré que la négation répond au préconstruit de la dénonciation contre l'homophobie, tandis que le « mais » réinscrit le sens de l'énoncé dans la cishétéronormativité. Ainsi se révèle un sujet divisé, qui doit nier l'homophobie pour poder la maintenir discursivement sous une apparence de tolérance.

Mots-clés : non-X, mais Y ; argumentation ; discours ; gay ; homophobie.

Introdução

Este artigo investiga o encadeamento sintático “não-X, mas Y” em formulações do tipo “não tenho nada contra *gays*, mas...”, recorrentes nos discursos que analisamos em nosso percurso de pesquisa (Fatima, 2021, 2025, 2026). Considerando o encadeamento argumentativo de elementos na posição Y das reformulações, debatemos modos de incorporação de vozes no discurso pela negação de “ter algo contra *gays*”, que anuncia um discurso não-homofóbico. Nosso objetivo é descrever e interpretar, desde a materialidade linguística até a materialidade discursiva, em que medida essas formulações sustentam, apesar da negação, um lugar de enunciação cis-heteronormativo.

Do ponto de vista linguístico, retomamos brevemente a Teoria da Argumentação na Língua (Anscombe; Ducrot, 1976) e a teoria polifônica da enunciação (Ducrot, 1987) para destacar as instruções semântico-argumentativas envolvidas em “não-X, mas Y” – em particular, a orientação para conclusões contrárias entre os segmentos do enunciado e a distribuição de pontos de vista entre locutor e enunciadore.

Deslocando o foco para a Análise de Discurso materialista – doravante AD – (Pêcheux, 2014; Courtine, 2009; Indursky, 2013; Orlandi, 1998; Zoppi-Fontana, 1999), reconsideramos “não-X, mas Y” como uma relação determinada entre língua e ideologia pela memória discursiva – isto é, como uma materialidade discursiva. Por meio dela, engendram-se

posições-sujeito de identificação contrastiva no interior de uma formação discursiva – doravante FD – onde a cis-heteronormatividade² opera como dominante ideológica.

Metodologicamente, trabalhamos com um pequeno *corpus* extraído de postagens públicas no Facebook que textualizam a formulação “não tenho nada contra *gays*, mas...”. O recorte busca demonstrar a regularidade do fato discursivo para fins de descrição e de interpretação (cf. Pêcheux, 2015), articulando enquadramentos linguístico e discursivos. Como contribuição, o artigo: (i) percorre o funcionamento polifônico-argumentativo da forma “não-X, mas Y”; (ii) aponta seus efeitos na produção de posições-sujeito e na estabilização de um ritual enunciativo de negação e de denegação; e (iii) debate o “eco negativo” da denúncia contra a homofobia como fundamento do discurso de autodefesa cis-heteronormativo.

“Não... mas”: polifonia e argumentação na língua

De início, consideremos o enunciado:

(1) Não tenho nada contra os gays, mas acho obsceno que eles exijam direitos especiais num país onde ninguém tem direito nenhum

Publicado como postagem na página de Facebook de Olavo de Carvalho (31/03/2017), esse enunciado somava cerca de 2,8 mil reações, 53 comentários e 192 compartilhamentos no momento de sua extração para esta pesquisa. Esse enunciado, estruturado por “não-X, mas Y”, permite ao sujeito negar “ter algo contra gays” e, em seguida, orientar o sentido daquilo que é dito em direção contrária. Nosso foco é mostrar como essa forma configura um lugar de enunciação cis-heteronormativo em circulação na atualidade.

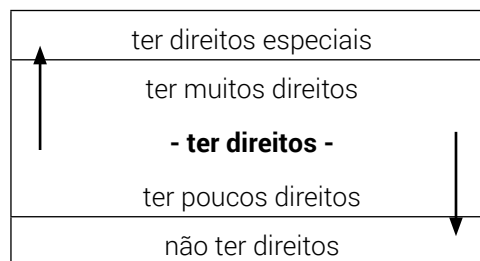
“Não” e “mas” são centrais na semântica de Ducrot (1977) e na Teoria da Argumentação na Língua (Anscombre; Ducrot, 1976). Ao tratar linguisticamente da polifonia, Ducrot (1987, p. 172) desfaz a suposta unicidade do sujeito falante e mostra “a superposição de diversas vozes” no enunciado. Para o autor, “o sentido de um enunciado [...] é a descrição de sua enunciação” (Ducrot, 1987, p. 181): no encadeamento “não, mas”, a crítica do enunciado se ancora tanto na asserção em primeira pessoa (“não tenho”) quanto em “acho obsceno que”, qualificando a enunciação, atribuindo-lhe “certos poderes ou certas consequências” (Ducrot, 1987, p. 174). Produz-se, assim, uma asserção justificatória e condenatória com preâmbulo de autodefesa, pela qual o locutor se apresenta como não preconceituoso ao mesmo tempo que legitima a oposição às reivindicações dos *gays*. O segmento X (“não tenho nada contra *gays*”) dá suporte ao Y encadeado por “mas”, que, isolado, poderia caracterizar insulto e depreciação.

2 Trata-se de uma prática ideológica que reproduz as normatividades cisgênero e heterossexuais pela exclusão, pejoração, confrontação – ou ainda outros –, de sujeitos de orientação sexuais e identidades de gêneros LGBT+.

Na concepção polifônica, o enunciado é espaço de confronto de vozes. Ducrot distingue o locutor – “responsável” pelo enunciado (1987, p. 182) – dos enunciadores – pontos de vista expressos na enunciação (1987, p. 192). Aqui, L põe em cena, via negação, E1 (“[eu] tenho [~nada]³ contra os *gays*”, pressuposto) e E2 (“[eu] não tenho nada contra os *gays*”, assimilado por L).

A completiva “acho que P” introduz como pressuposto “os *gays* exigem direitos especiais”. Em Ducrot (1987), L “dá existência” a enunciadores cujos pontos de vista organiza (p. 193); L não se confunde nem com o sujeito falante, nem com o locutor “λ”, “ser histórico” de que L é o último avatar (1987, p. 209). Representemos esses “direitos” e sua qualificação como “especiais” em uma escala, onde as barras marcam seus limites.

Figura 1. Escala argumentativa dos direitos



Fonte: Elaboração própria

Assim, por meio de um ponto de vista pressuposto, assimilado a L, “direitos especiais” é apresentado em (1) como excedente em uma escala argumentativa: entre “ter pouco/muito direito”, “não ter direitos” fica aquém-abaixo, fora do limite; enquanto “direitos especiais” situa-se no excedente superior (Ducrot, 1987, p. 218).

Retomando a forma “X, mas Y”, enquanto Ducrot (1987, p. 215) mostra que X é argumento para r e Y para ~r, Guimarães (2001) acrescenta que “a continuação do texto se articula com a oração que tem o mas” (p. 110). Logo:

X = “não tenho nada contra *gays*”, logo (r) não hei de me opor a eles.

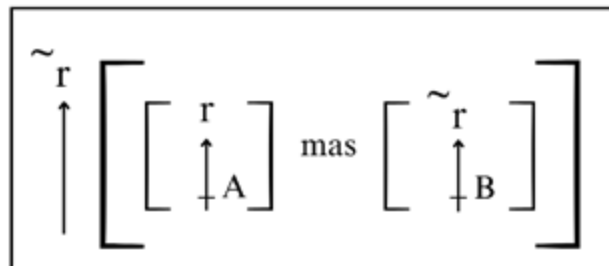
Y = “acho obsceno que *gays* exijam direitos especiais num país onde ninguém tem direito nenhum”, logo (~r) eu hei de me opor a eles.

Desse modo, se temos um argumento A em X – como “não ter nada contra os *gays*” – e um argumento B em Y – como “a obscenidade dos *gays* em exigir direitos num país

³ Optamos por representar o inverso da negação em E1 por [~ nada], pois o enunciado positivo pode assumir diferentes formas em uma escala gradativa – algo/muito/tudo –, devido ao estatuto indefinidor e ao mesmo tempo quantificador de “nada”.

onde ninguém os tem” –, o sentido do enunciado, por sua orientação argumentativa, instrui-se a partir “mas Y”. Isto é, B aparece no enunciado com maior força argumentativa, orientando determinada conclusão. A forma sintática “X, mas Y” pode ser representada pelo seguinte esquema:

Figura 2. Orientação argumentativa de “X, mas Y”⁴



Fonte: Guimarães (2001, p. 111)

Do ponto de vista da teoria da argumentação na língua, pela orientação argumentativa de “mas”, os efeitos da negação – “não tenho nada contra os gays” – se deslocam pela qualificação da enunciação.

Para Ducrot (1987), “a maior parte dos enunciados negativos [...] faz aparecer sua enunciação como choque de duas atitudes antagônicas, uma, positiva, imputada a um enunciador E_1 , a outra, que é uma recusa da primeira, imputada a E_2 ” (p. 202). Ducrot (1987) distingue negação descritiva, metalinguística e polêmica (p. 202-204). Em “não tenho nada contra os *gays*”, trata-se de negação descritiva – “representa um estado de coisas” (Ducrot, 1987, p. 203) –, parafraseável por “sou neutro” (ou mesmo “sou a favor”).

Não se trata, pois, de negação polêmica: nesta, L assimila E_2 e opõe-se a E_1 construído dentro do próprio discurso⁵ (Ducrot, 1987, p. 204; Maingueneau, 1997, p. 84). Ainda assim, há um traço de polêmico “delocutivo” (Ducrot, 1987, p. 204): a materialidade “não-X, mas Y” permite a L representar λ como predisposto à neutralidade, mas “forçado” a tomar posição ante exigências supostamente fora dos limites concebíveis. Daí conclui-se: “dadas as exigências obscenas por direitos especiais, fico obrigado a ter [~nada] contra os *gays*”, onde “~nada” pode variar entre “algo”, “muito” ou “tudo”, por exemplo.

Para Ducrot (1987), a negação não é apenas a marca lógica de um conteúdo negativo, mas o funcionamento que põe em cena diferentes vozes. Como vimos, todo enunciado

4 (Que se lê: A é argumento a favor de r e B argumento a favor de ~r, sendo este argumento predominante. Portanto A mas B é argumento para ~r)” (Guimarães, 2001, p. 111).

5 Cabe salientar que, aqui, a concepção de “discurso” pode ser compreendida como sequência de enunciados efetivamente produzidos. Não se trata da concepção de discurso em AD, conforme veremos.

traz em si uma multiplicidade de pontos de vista, de modo que o locutor se apresenta como responsável por organizar e hierarquizar enunciadores em confronto. Nesse quadro, a forma “não-X, mas Y” se constitui de uma materialidade enunciativa particularmente tensa: nega-se um ponto de vista apenas para que um outro, contraditório, se imponha com maior força argumentativa. A heterogeneidade constitutiva da enunciação torna essa estrutura propensa a sustentar discursividades em conflito, o que explica sua produtividade em condições de disputa ideológica.

Deslocando de perspectiva

As questões discutidas até aqui indicam a possibilidade de ampliar a análise para além da materialidade linguística. Ao tratar da relação entre negação descritiva e polêmica, Ducrot (1987, p. 204) menciona um “diálogo cristalizado subjacente” que sustentaria a primeira em relação à outra. Para nós, esse é um índice de que abordar o funcionamento da “memória discursiva” (Courtine, 2009) e dos “lugares de enunciação” (Zoppi-Fontana, 1999) permite ampliar nossa ótica sobre a produção dos sentidos desses fatos de linguagem. Se, conforme vimos em Ducrot (1987) e Guimarães (2001), o encadeamento “não-X, mas Y” já organiza desigualmente as vozes no discurso, é ao tratarmos de sua “materialidade discursiva” (Pêcheux, 2016) que conferimos outro estatuto a essa desigualdade.

Nessa perspectiva, a repetição regular de aspectos aparentemente formais, em condições sócio-históricas e ideológicas determinadas, aponta para a existência de um ritual enunciativo. Trata-se de “lugares de enunciação no discurso” (Zoppi-Fontana, 1999), configurados a partir de posições-sujeito no interior de uma FD determinada.

Para Courtine (2009, p. 96), “o sujeito do discurso é [...] ao mesmo tempo *sujeito ideológico*, na relação com o sujeito do saber que assegura o enunciado; e *sujeito falante*, por poder enunciar os elementos desse saber na formulação”. A partir dessa concepção, reconsideramos a língua “[...] como ordem significante, capaz de equívoco, de falhar, de deslizes” (Orlandi, 1998, p. 77). Assim, a materialidade discursiva pode ser definida como “um modo particular de contato entre o ideológico e o linguístico na ordem do discursivo” (Courtine, 2009, p. 191).

Desse ponto de vista, a enunciação é compreendida como

[...] prática de um sujeito historicamente constituído pela língua e a ideologia em relações sociais sobredeterminadas pela contradição que estrutura uma formação social. Enquanto *forma histórica da enunciação*, a prática enunciativa se organiza como um ritual estabilizado pela regularidade de *modos de dizer* que se repetem na história e que se relacionam com determinados *lugares de enunciação* (Zoppi-Fontana, 2022, p. 33-34).

Nessa linha, a AD materialista entende que o sentido não se restringe ao encadeamento interno das formas linguísticas, mas remete à “memória discursiva como espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação, enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da história e da língua” (Zoppi-Fontana, 2002, p. 178).

A partir deste ponto, o enunciado deixa de ser “considerado [...] como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (Ducrot, 1987, p. 164) e passa a ser entendido “[...] como uma forma ou um esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações” (Courtine, 2009, p. 100). Nessa perspectiva, um enunciado é elemento de saber próprio de uma FD, definida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2014, p. 147).

Guimarães (2001, p. 13) esclarece que “na relação com o discurso, o texto não é uma unidade de sua construção. A unidade de construção do discurso é o enunciado [...]”. Os “fragmentos de discurso” (Ducrot, 1987, p. 166) permanecem, assim, nosso objeto de análise, uma vez que “[...] como unidade do discurso, os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito no texto. E os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes” (Guimarães, 2001, p. 13). No entanto, a partir daqui, trataremos desses fragmentos como “reformulações” (Courtine, 2009) no intradiscurso, isto é, naquilo que delimita o espaço do dizível em uma FD.

Nessa dinâmica, o interdiscurso tem papel estruturante. Como lembra Orlandi (1998, p. 77), por meio dele, “algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o domínio complexo da ideologia”. É esse processo que assegura ao sujeito sua realidade como sistema de evidências. A eficácia do dizer resulta, portanto, de um processo de repetições “[...] mais ou menos regrado – polimorfo nos discursos cotidianos, ritualizados nos discursos de aparelho – no qual as palavras são pegadas na trama das reformulações: repetição sob o modo de reconhecimento dos enunciados [...] e sob o desconhecimento do interdiscurso” (Zoppi-Fontana, 1999, p. 21).

Para nós, em sua materialidade discursiva, a forma sintática “não-X, mas Y” é uma “base de reformulação”. Courtine (2009, p. 195) postula que essa noção “remete à existência de elementos pré-construídos ao discurso”. Trata-se, portanto, de um ritual enunciativo repetido em uma FD afetada por uma formação ideológica em que a cis-heteronormatividade atua como dominante, produzindo sujeitos para os quais os *gays* aparecem como ameaça evidente.

Para verificar esse funcionamento, montamos um *corpus* sobre o qual incidirá nosso dispositivo analítico de descrição e interpretação (cf. Pêcheux, 2015).

O material de análise

Para Guilhaumou e Malidier (2016, p. 97), “o *corpus* em análise do discurso resulta de uma ‘operação de extração’ que recorta enunciados de suas condições de produção”. Em AD, um *corpus* não busca a completude nem a exaustividade, consideradas “mitos integrantes de análises empíricas” (Mariani, 1996, p. 53). Nessa perspectiva, “é a noção de fato discursivo que traz consequências para a análise” (Mariani, 1996, p. 53).

Em nossas pesquisas (Fatima, 2021, 2025, 2026), temos investigado diferentes materialidades discursivas produzidas sob formações ideológicas nas quais a cis-heteronormatividade atua como dominante simbólica. A regularidade que motiva o presente trabalho antecede, portanto, seus objetivos específicos, vinculando um esforço de pesquisa mais amplo.

Aqui, tratamos da materialidade discursiva de “não-X, mas Y”, supondo a constituição de um lugar de enunciação de refutação de um pré-construído de denúncia contra a homofobia, instalado na memória discursiva. Na FD da cis-heteronormatividade, sujeitos são autorizados a negar ter algo contra *gays* e, simultaneamente, a reafirmar sua oposição, movimentando-se no intradiscurso para produzir autojustificação em condições de produção determinadas.

Definimos, então, a formulação “não tenho nada contra *gays*, mas...” como forma exemplar do encadeamento “não-X, mas Y”, apta a interrogar o discurso cis-heteronormativo. Produzida em primeira pessoa e referindo-se diretamente a “*gays*”, ela indica um processo de identificação por meio de “uma rejeição ou recusa do outro (na constituição de sua ‘individualização’)” (Courtine, 2009, p. 208). A formulação permite ainda retomar a problemática da negação contrastiva e da relação antonímica entre predicados, situada na fronteira entre o formulável e o não formulável no interior de uma FD.

Para localizar tais formulações, recorreremos ao “arquivo digital” (Dias, 2018) do Facebook. Utilizamos o próprio mecanismo de busca da plataforma para lidar com a vastidão desse arquivo e identificar postagens contendo a formulação-objeto. A partir de uma conta pessoal, pesquisamos “não tenho nada contra *gays*, mas” (entre aspas), aplicando o filtro “posts públicos”. Embora a interface não fornecesse o número exato de resultados, em cerca de três horas de leitura contínua foram examinadas quase trezentas publicações – lidas integralmente apenas quando pertinentes.

Seguindo Pêcheux (2016, p. 25), recortamos, extraímos, deslocamos e reaproximamos fatos discursivos, constituindo um *corpus* de formulações do tipo “não tenho nada contra *gays*, mas Y”. Para este trabalho, selecionamos quatro recortes⁶, número suficiente para amostragem do fato discursivo - e adequado às dimensões do artigo.

6 Os recortes foram transcritos *ipsis litteris*, sem qualquer intervenção do pesquisador.

Conforme Orlandi (1984, p. 14), o recorte é uma unidade discursiva em que se articulam linguagem e situação: “um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Essa noção permite identificar regularidades discursivas e rituais ideológicos de repetição e deslocamento, que - em nosso caso - dizem respeito aos movimentos de sentido no discurso cis-heteronormativo.

Quadro 1. Conjunto de recortes para análise

R(1)	Não tenho nada contra os <i>gays</i> , mas acho obsceno que eles exijam direitos especiais num país onde ninguém tem direito nenhum.
R(2)	Não tenho nada contra os <i>Gay's</i> , não sinto nojo, converso na boa, rimos e digo que gosto, eu respeito o que eles são, eu não sei o que lhes levou a ser assim, não lhes julgo por nada porque não cabe a mim, meu dever é só fazer o bem a cada um, até prefiro um <i>gay</i> do que um gatuno. Mas por favor, não dizem que a gente interpreta mal a Bíblia sobre a vossa orientação sexual, ela é muito clara.
R(3)	Não tenho nada contra <i>gays</i> , tenho amigos e parentes que optaram por essa escolha. Cada um sabe o caminho a seguir, mas sou contra quem ataca a Santidade de Jesus, quem não respeita a religião alheia. A posse do ladrão (Se é que ela irá acontecer) terá apresentação do cantor que chamou JESUS CRISTO de <i>gay</i> . Me choca deparar com religiosos de esquerda.
R(4)	Não tenho nada contra <i>gays</i> , tenho amigos <i>gays</i> , tenho colegas de profissão que são <i>gays</i> , tenho familiares que são <i>gays</i> , mas por que essa obsessão em estimular as crianças para o homossexualismo? É ainda a tem gente que diz que esse negócio de <i>kit gay</i> não existe. Parece os abestados que dizem que como não tinha sangue na faca não teve facada. Bando de abestado.

Fonte: Elaboração própria, a partir de coleta do Facebook

Em circulação no digital, essas formulações, textualizadas em postagens, são determinadas pela própria dinâmica da circulação (Dias, 2018, p. 158). A infraestrutura digital e algorítmica está inscrita na materialidade discursiva desses textos. Como propõe Dias (2024, p. 176), é preciso “tomar o momento da circulação como ângulo de entrada na produção de sentidos” quando se trata de textos plataformizados, como as postagens do Facebook.

Nessa perspectiva, a circulação digital deve ser reconhecida como determinante nas condições de produção do discurso. Assim, ao analisarmos a materialidade discursiva de “não-X, mas Y”, concebemo-la como efeito de que “ça circule” (Pêcheux, 2016) – isto é,

como resultado da circulação determinada por condições técnicas, tecnológicas, políticas e ideológicas. Os textos plataformizados articulam-se ainda à “memória digital” (Dias, 2018, 2024). Este, contudo, não é o foco deste artigo, cujo objetivo central é a análise da negação de “ter algo contra *gays*” a partir da materialidade linguística de “não-X, mas Y”.

Quanto ao *corpus*, observamos que, em suas formulações, R(1) e R(2) não recorrem a elementos visuais. Em R(3), a segunda parte do recorte aparece esquematizada imagetivamente, com o uso de um *emoji* de tristeza. Já em R(4), encontramos materialidade fílmica: um vídeo curto, aparentemente amador, produzido por corte e montagem, no qual se sobrepõe o título “Haddad Cria KIT GAY Para Crianças de 6 Anos”.

Por fim, cabe registrar que a ocultação dos locutores dos textos é uma escolha deliberada. De um lado, atende ao imperativo ético da pesquisa acadêmica, que recomenda resguardar a identidade de indivíduos, ainda que se trate de postagens públicas. De outro, decorre de nosso próprio objeto: não indivíduos, mas o sujeito como “um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma ‘posição’” (Orlandi, 1998, p. 75). Nossa análise, portanto, não recai sobre locutores individuais, mas sobre um funcionamento linguístico-discursivo inscrito em uma posição ideológica da cis-heteronormatividade.

Discurso e negação: ter ou não ter algo contra *gays* – eis a questão

Consideremos as seguintes formulações, que funcionam como paráfrases da materialidade linguística dos recortes.

Quadro 2. Encadeamento argumentativo a partir dos recortes

(i) Não tenho nada contra <i>gays</i> . Ao contrário, sou favorável aos <i>gays</i> .
(ii) Não tenho nada contra <i>gays</i> . No entanto, os <i>gays</i> dão motivos para lhes opor.
(iii) Eu tenho algo [muito ou tudo] contra <i>gays</i> .

Fonte: Elaboração própria

Essas paráfrases sintetizam, no jogo entre afirmação e negação, diferentes posições subjetivas em relação aos *gays*. Embora (i) e (ii) compartilhem a negação e (iii) se organize pela afirmação, no interior de uma FD da cis-heteronormatividade, (i) filia-se ideologicamente a um domínio de saber orientado pelo “não ter algo contra *gays*”, enquanto (ii) e (iii) se vinculam a outro domínio, definido pelo “ter, no mínimo, algo contra *gays*”. Em outras palavras, (i) e (ii) enunciam a mesma negação, mas a partir de razões distintas, já que divergem no modo como significam “ter algo contra *gays*”.

Como explica Indursky (1990, p. 119), “ao mobilizar enunciados produzidos por outros enunciadores, o sujeito com eles estabelece relações ideologicamente determinadas de identidade, similaridade, divergência, conflito, antagonismo, etc.”. Esse breve retorno ao método de elaboração de exemplos a partir de Ducrot (1987) permite identificar em (ii) um enunciado que, nos termos de Courtine (2009), governa as reformulações da posição Y nos recortes. É a partir dele que se engendra a repetibilidade da negação como forma de incorporação do discurso do outro, sustentando a argumentação cis-heteronormativa pela memória discursiva.

Quadro 3. Enunciado que governa a repetibilidade do *corpus*

Não tenho nada contra gays	No entanto, os gays dão motivos para lhes opor
	mas acho obsceno que eles exijam direitos especiais num país onde ninguém tem direito nenhum
	Mas por favor, não dizem que a gente interpreta mal a Bíblia sobre a vossa orientação sexual, ela é muito clara
	mas sou contra quem ataca a Santidade de Jesus, quem não respeita a religião alheia
	mas por que essa obsessão em estimular as crianças para o homossexualismo?

Fonte: Elaboração própria

Em AD, a argumentação constitui um observatório do político (Orlandi, 1998, p. 80). Trata-se de compreender “a argumentação, pensando-se os sujeitos, o político, a história e a ideologia. Enfim, o discurso” (Orlandi, 1998, p. 73). Nessa perspectiva, “o sujeito é um sujeito histórico, posição que se produz entre outras, entre diferentes discursos em relação regulada com a memória do dizer, trabalhada pelo esquecimento” (Orlandi, 1998, p. 77). Assim, “os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados” (Orlandi, 1998, p. 78). Os argumentos posicionados em Y funcionam, portanto, como modos de “[...] formulação que constituem as seqüências discursivas como reformulações presas na rede de enunciados (domínios de saber) e na rede de lugares enunciativos (modos de dizer/modalidades enunciativas) que inscrevem o sujeito no fio do discurso” (Zoppi-Fontana, 1999, p. 21).

Como ritual do lugar de enunciação, “não-X, mas Y” permite ao sujeito negar “ter algo contra gays” mediante um preâmbulo que aparenta deslocamento em relação à posição cis-heteronormativa. No entanto, ao oferecer argumentos em Y, o sujeito reafirma essa posição, confirmando que “as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos; ao contrário, deriva desse jogo, o significa” (Orlandi, 1998, p. 78). Dessa perspectiva, “o enunciado pode [...] ser definido como forma de articulação de elementos pré-construídos do discurso” (Courtine, 2009, p. 195), já que os elementos de Y reformulam, no espaço intradiscursivo da FD, o enunciado

– “Não tenho nada contra *gays*. No entanto, os *gays* dão motivos para lhes opor” –, que governa as reformulações.

Assim, a argumentação se apresenta como observatório da divisão do sujeito entre duas posições: a que precisa negar ter algo contra *gays* e a que precisa legitimar a distinção desigual entre *gays* e não-*gays*, efeito de sua filiação à ideologia cis-heteronormativa.

Podemos avançar na análise invertendo as estruturas sintáticas dos recortes, de modo a colocar os elementos em Y em posição referencial (predicável). Com isso, obtemos, em todos os recortes, o seguinte:

Quadro 4. Elementos na posição Y em posição referencial de destaque

	Y	X
R(1)	achar obsceno que exijam direitos especiais [...]	não é ter algo contra <i>gays</i>
R(2)	pedir que não apontem má interpretação bíblica sobre sexualidades dissidentes [...]	
R(3)	Opor-se a quem ataca a Santidade de Jesus [...]	
R(4)	questionar a obsessão em estimular crianças para o homossexualismo [...]	

Fonte: Elaboração própria

Essa inversão permite destacar o objeto da refutação e a disputa contrastiva entre dois quadros ideológicos em “interincompreensão” (Maingueneau, 1997, p. 119-121). Trata-se de um “enunciado dividido” (Courtine, 2009, p. 194), que assinala a não comutabilidade de elementos entre posições ideológicas distintas: o que significa “ter algo contra *gays*” em um domínio de saber significa “não ter algo contra *gays*” em outro, que refuta esse saber, no intradiscurso, por negação e predicação contrastiva.

Os recortes – (1), (2), (3) e (4) – mostram, pela negação, a presença de um enunciado de denúncia contra a homofobia, produzido na memória discursiva pelos movimentos de lutas políticas por emancipação sexual. O argumento “não tenho nada contra *gays*” responde diretamente a essa denúncia – quer tenha sido formulada e endereçada a tais sujeitos, quer funcione como saber que sustenta a FD antagônica: “quem é, diz ou faz X tem algo contra *gays*”.

Em AD, a negação é “um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (Indursky, 2013, p. 261). Enquanto “efeito sintático mínimo” (Pêcheux, 2014, p. 164), que articula duas representações, ela permite “investigar a presença do pré-construído como vestígio mais ou menos evidente do interdiscurso” (Indursky,

2013, p. 261). Discursivamente, a negação pode operar de três modos (Indursky, 2013): (1) negação externa, incidindo sobre o que não pode ser dito no interior da FD que domina o sujeito; (2) negação interna, incidindo sobre o que pode, mas não convém ser dito nesse domínio de saber; e (3) negação mista, que mobiliza simultaneamente ambas as incidências.

Como nosso objeto é a materialidade discursiva de “não-X, mas Y” – e não a negação em si –, tomamos o dispositivo de Indursky (2013) como inspiração para distinguir, na FD cis-heteronormativa, discursos antagônicos incorporados e discursos admitidos, mas ainda assim negados, contrastados ou refutados. Em todos os recortes, os processos externo e interno aparecem imbricados. Trata-se tanto do interdiscurso enquanto pré-construído, que apresenta objetos do discurso sob a forma de evidências, quanto do discurso transversal, que “cruza e conecta entre si os elementos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído (linearização dos dois membros da identificação contrastiva, articulação de dois membros linearizados por *mas* ou *ao contrário*)” (Courtine, 2009, p. 204-205).

O esquema abaixo representa a relação entre o discurso D1 e o discurso antagônico que o determina, D2.

Quadro 5. Esquema de relação entre D1 e D2

R(1)	D2	Quem não apoia a reivindicação dos <i>gays</i> por direitos é homofóbico	D1	Não tenho nada contra os <i>gays</i> , mas acho obsceno que eles exijam direitos especiais num país onde ninguém tem direito nenhum.
R(2)	D2	Os cristãos não compreendem sua própria Bíblia Sagrada, que manda não julgar e amar o próximo como a si mesmo, por isso são homofóbicos	D1	Não tenho nada contra os <i>Gay's</i> [...] Mas por favor, não dizem que a gente interpreta mal a Bíblia sobre a vossa orientação sexual, ela é muito clara.
R(3)	D2	Jesus Cristo foi perseguido, torturado e morto pelos religiosos dominantes de sua época, assim como os religiosos dominantes de nossa época fazem com LGBT+. Por isso, Jesus é travesti.	D1	Não tenho nada contra <i>gays</i> [...] mas sou contra quem ataca a Santidade de Jesus [...] A posse do ladrão [...] terá apresentação do cantor que chamou JESUS CRISTO de <i>gay</i>
R(4)	D2	É preciso combater a discriminação contra LGBT+ com educação sexual desde a idade escolar, para que a próxima geração de brasileiros não seja preconceituosa	D1	Não tenho nada contra <i>gays</i> [...] mas por que essa obsessão em estimular as crianças para o homossexualismo? [...] É ainda a tem gente que diz que esse negócio de <i>kit gay</i> não existe.

Fonte: Elaboração própria

Indursky (2013) observa que a negação externa pode incidir sobre o discurso do outro ou sobre o pré-construído desse discurso. É deste último caso o funcionamento da materialidade discursiva de “não-X, mas Y” que destacamos. Na coluna de D2, temos pré-construídos aproximativos retomados em eco por D1, posição ideológica assumida nos recortes. Aqui se reproduz o que diz Courtine (2009, p. 209) sobre a “tomada pela palavra obrigatória, em eco”. É nesse ponto que se pode compreender a ordem da articulação entre a negação descritiva e a negação polêmica em Ducrot (1987). O “diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica” (Ducrot, 1987, p. 204) descrito pelo autor na negação descritiva se apresenta como eco de um D2 que determina o sujeito de D1, levando-o a produzir negações isoladas – descritivas, “um derivado delocutivo da negação polêmica” (Ducrot, 1987, p. 204) – mas que, discursivamente, respondem à necessidade de manter coerência com o quadro ideológico a que pertence.

Para Pêcheux (2009, p. 24), uma FD “é constitutivamente perseguida por seu outro”. Assim, a contradição que move todo discurso não decorre apenas do contraste entre diferentes *corpora*, mas da sobredeterminação que instala o confronto com a alteridade na própria materialidade discursiva. Em AD, o discurso é sempre ele mesmo e, simultaneamente, seu contrário, o discurso-outro. Como explica Pêcheux (2015, p. 54), esse discurso-outro, “enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico”.

Nos recortes que compõem D1, observa-se o esforço em “desqualificar princípios que embasam e legitimam o discurso do outro” (Indursky, 2013, p. 275-276). Essa operação incide “sobre um discurso mais espesso, porque fundante, pois atesta a ideologia que está na base de D2” (Indursky, 2013, p. 275). O discurso de D2 emerge de um quadro ideológico que o sujeito de D1 não pode conceber. Como mostra Indursky (2013, p. 277), tal operação “[...] acarreta consequências, pois negar o não dito do outro faculta ao sujeito de D1 sugerir um pré-construído que, de fato, não pertence à rede de formulação de D2, ou distorcer outros que, de fato, aí se encontram”.

É o que se nota em cada recorte. Em R(1), os *gays* não querem direitos, mas “direitos especiais” por meio de “exigências obscenas”. Em R(2), em uma postura anti-hermenêutica, afirma-se que a Bíblia é clara sobre orientação sexual e não pode ser objeto de má interpretação. Em R(3), a comparação entre “Jesus” e “travesti”, que em D2 é forma de enaltecer a resistência das travestis, aparece em D1 como ofensa, ataque e desrespeito. Nesse mesmo recorte, “travesti” converte-se em “gay” por efeito da indistinção entre identidade de gênero e orientação sexual no discurso cis-heteronormativo. Por fim, em R(4), a “educação sexual nas escolas” é distorcida em “obsessão em estimular as crianças para o homossexualismo”, produzindo “*kit gay*”, configurado como “objeto moral” no discurso (cf. Fatima, 2025).

Como conclui Indursky (2013, p. 278), “a passagem de D2 para D1 não se faz sem perdas nem distorções”. É o que se observa nas “divergências conceituais” (p. 279) em torno de “direitos” (R1), “interpretação bíblica” (R2), “simbologia cristã” (R3) e “educação sexual nas escolas” (R4). Esse funcionamento produz, no interior da FD cis-heteronormativa, um mecanismo de recusa ao próprio conceito de homofobia – conceito sustentado em outra FD, das lutas de emancipação sexual.

Ao elaborarmos os exemplos (ii) e (iii) – um negando e o outro afirmando “ter algo contra gays” –, temos “dois diferentes posicionamentos subjetivos no interior de um mesmo quadro ideológico” (Indursky, 2013, p. 281). É importante ter em vista que “identidade ideológica não garante posicionamentos idênticos” (Indursky, 2013, p. 283). Assim, a FD da cis-heteronormatividade abriga tanto sujeitos que assumem explicitamente a homofobia quanto aqueles que a negam e, ao mesmo tempo, a mantêm – ou seja, que a denegam.

É preciso, portanto, considerar que “mudanças nas condições de produção determinam transformações na FD, as quais se evidenciam na prática discursiva” (Indursky, 2013, p. 284). No caso de nosso *corpus*, a afirmação direta de “ter algo contra gays” em uma postagem pública de Facebook tende a se tornar cada vez mais rara, seja porque a homotransfobia foi equiparada ao crime de racismo, seja porque a atuação política dos movimentos sociais de combate às discriminações inibe manifestações explícitas dessa posição ideológica.

Outro fator é que o sujeito da FD da cis-heteronormatividade se reconhece como moralmente e juridicamente “do bem”, correto, cristão. Assumir publicamente uma conduta preconceituosa não convém, seja pela imagem pública que deseja preservar, seja pela relação com saberes que o interpelam em sua posição, a forma-sujeito de sua FD. É nessas condições que o sujeito nega “ter algo contra gays” pela metade, mostrando-se dividido no lugar que ocupa no discurso. Daí emerge a negação em primeira pessoa, formulada como recusa à identidade homofóbica, mas que funciona discursivamente como denegação.

Comentando a teoria psicanalítica, Indursky (1990, p. 118) observa que, “através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar. A denegação permite verbalizar essa divisão, pois o sujeito, ao formular negativamente o recalcar, pode expressá-lo sem admiti-lo”. A denegação se instaura “quando o sujeito nega um comportamento seu que não reconhece, deixando-o recalcar em seu inconsciente” (Indursky, 1990, p. 120). A diferença em relação à psicanálise, entretanto, é que, em AD, o sujeito é “fragmentado, descentrado e disperso”, mas “ideologicamente constituído” (Indursky, 1990, p. 119).

De forma paralela à denegação psicanalítica, a AD define a denegação discursiva como a “negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso” (Indursky, 1990, p. 120). Trata-se da negação que incide “sobre fatos que podem ser ditos, mas que, por razões conjunturais, são denegados” (Indursky, 1990, p. 120). Embora o sujeito desses recortes possa dizer que “tem algo contra os *gays*” – e, de fato, isso se deixa entrever na posição Y das formulações –, ele insiste em negar tal posição. Ocorre, assim, o efeito de denegação, entendido como “ocultação de um comportamento admitido pela FD a que o enunciado está vinculado” (Indursky, 1990, p. 121).

Sob esse ângulo, os lugares de enunciação permitem observar “a divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (Zoppi-Fontana, 1999, p. 16). Ainda que essa estrutura distribua de forma desigual os lugares e as posições no interior da cis-heteronormatividade, as FD permanecem submetidas a domínios de saber antagônicos pelo interdiscurso. Por isso, as FD “não têm outra existência se não a de uma unidade dividida; e se devemos atribuir-lhes uma fronteira, convém logo precisar que essa fronteira passa no interior delas próprias” (Courtine, 2009, p. 209).

Considerações finais: não tenho nada contra *gays*; nem a favor; muito pelo contrário

As formulações analisadas mostram que a forma sintática “não-X, mas Y” engendra, pelo lugar de enunciação, um dispositivo de autodefesa e de legitimação, articulando negação e predicação para sustentar a posição ideológica cis-heteronormativa. A negação inicial (“não tenho nada contra *gays*”) responde ao pré-construído de denúncia contra a homofobia instalado na memória discursiva; o segmento introduzido por “mas” reconduz a formulação ao interior da FD dominante, fornecendo razões para a oposição (“direitos especiais”, “ofensa à santidade”, “obsessão nas escolas” etc.). Assim, a orientação argumentativa de “mas” requalifica a enunciação: o que se anuncia como tolerância opera, de fato, como denegação.

Nesse funcionamento, o sujeito aparece dividido entre a necessidade de recusar o rótulo de homofóbico e o desejo de manter a distinção desigual entre *gays* e não-*gays* no discurso. A denegação emerge quando o dizer “não ter nada contra” convive com a justificativa para “ter, ao menos, algo contra”, deslocado o foco para Y e estabilizado o ritual enunciativo de refutação. A FD cis-heteronormativa constrói a crítica precedida pelo preâmbulo exculpatório e pela impossibilidade de afirmar-se não-contrário sem um “porém” – o que indica a eficácia da interpelação ideológica ao conter o deslizamento do efeito de sentido de “não-contrário” para “favorável”.

O confronto com o discurso-outro é constitutivo desse arranjo. Ao negar em eco enunciados de uma FD antagonista, os recortes reconstróem o dizer exterior de modo a torná-lo refutável e, assim, reafirma-se uma posição ideológica nas relações políticas e sociais atravessadas por identificações relativas à sexualidade. Esse é um efeito paradoxal: quanto mais nega ser homofóbico, mais o sujeito se encontra determinado pelo discurso que pretende recusar.

Em suma, “não-X, mas Y” é uma base de reformulação que organiza vozes de modo desigual, produzindo um sujeito que precisa negar ser homofóbico para poder exercer a homofobia discursivamente. É nesse ponto que o título destas considerações finais emerge: não se trata de ser “contra” nem “a favor”, mas de sustentar – muito pelo contrário – a permanência contraditória da cis-heteronormatividade no discurso do sujeito, sob a forma de uma tolerância condicionada e irrealizada. Dentro dos limites do *corpus*, descrevemos e interpretamos esse mecanismo; cabe, em pesquisas futuras, verificar sua recorrência em outros domínios discursivos filiados à mesma formação ideológica.

Referências

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, [S. l.], n. 42, p. 5-27, 1976.

COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DIAS, C. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes, 2018.

DIAS, C. O texto plataformizado. *SCRIPTA* (PUCMG), v. 28, p. 156-187, 2024.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

FATIMA, W. da S. de. *Lugares de enunciação e objetos morais na textualização do discurso bolsonarista no Facebook (2011–2022)*. 2025. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.

FATIMA, W. da S. de. Objetos paradoxais no discurso político plataformizado: “sexualidade” e “escola” na circulação algorítmica. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 26, p. 1-21, 2026.

FATIMA, W. da S. de. Uma análise argumentativa do sentido de “homofobia” na enunciação de Jair Bolsonaro (2014). *RUA*, Campinas, v. 27, p. 411-433, 2021.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos de arquivo. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (org.). *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Tradução Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 115-140.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dos funcionamentos da negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 117-122, 1990.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 1997.

MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? *Linguística: questões e controvérsias*, Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, B. et al. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 227-236, 2016.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, p. 21-26, 2009.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. *Revista Leitura*, Maceió, n. 30, p. 175-205, 2002.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 15-24, 1999.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Transformações da fala pública: do porta-voz autorizado aos tuítes do filho amado. In: Castello Branco et al. (Org.). *Entrenós, da língua, do sujeito, do discurso: uma homenagem a Bethania Mariani*. 1 ed. Campinas/SP: Pontes editores, v. 1, p. 29-52, 2022.